

Bom dia, professor Ricardo! Como vai?

Escrevo-lhe a propósito de uma atividade na disciplina “Filosofias do Ensino da Filosofia / Didática I”, ministrada pela professora Carmelita. Trata-se de uma entrevista a ser realizada com um professor ou professora (da Fafil), ficando a escolha a nosso critério. Entrevistar professor@s da faculdade tem sido uma prática nas disciplinas de Licenciatura do curso de Filosofia, e tem por objetivo sensibilizar e envolver o corpo docente com as especificidades (e dificuldades) de ensinar filosofia na nossa época. Historicamente, o lugar da filosofia na educação básica sempre foi marcado pela instabilidade, às vezes dentro do currículo, às vezes fora, e o que essas incertezas revelam, a nosso ver, é uma falta de clareza quanto à necessidade da filosofia na formação dos jovens. Nesse sentido, um esforço concentrado para enfrentar esse cenário é uma exigência.

Escolhi realizar essa entrevista com você pela afinidade que já temos de outras discussões, como também pela sua especialidade em Ética. Diante dos poucos momentos em que pude experienciar suas realizações, percebi o quanto o tema da *virtude* é caro para você, e isso se estende à sua maneira de orientar, de instigar e compreender não apenas questões abordadas pelos pensadores, mas a virtude ao elaborá-las, e essa virtude, acredito, é a fidelidade com a ética de se fazer compreender não apenas em sua época, mas em todas as que seguem, uma vez que questões filosóficas, sendo de cunho universal e atemporal, não se encerram em quem as desenvolveu.

Alejandro Cerletti (2009, p. 13) diz que “a filosofia se caracteriza pela reinvenção constante da própria significação”. Isso nos instiga também a estar constantemente reinventando o modo de ensiná-la em uma escola que hoje se define por práticas *institucionais*, como nos explica o autor, que às vezes fogem ou limitam o campo da investigação filosófica e do estímulo para filosofar. Desse modo, o autor também nos provoca com questões sobre “*que se ensina?*” e “*como se ensina?*” Pois não seguimos mais o modo da tradição de ensinar filosofia, como existiram as escolas filosóficas específicas no ensino da virtude de pensar.

Hoje, ensinar filosofia no Ensino Médio se caracteriza mais por apresentar, de maneira superficial, os principais pensadores da tradição e o que desenvolveram, do que uma atividade voltada a pensar problemas atuais em diálogo com essa tradição. Isso se dá, sobretudo, pelo pouco espaço que a filosofia ocupa e sua maneira institucional de

existir, levando-nos, também, a considerar a provocação de Celso Favaretto(1993) “ensinar filosofia: mas qual filosofia?”.

Me recordo, professor, no início do curso, quando peguei a disciplina de ética com você, o modo como você trazia situações (tal como uma cena de Bastardos Inglórios, do Tarantino) para elucidar o pensamento filosófico do autor, na época Aristóteles. Essa maneira de fazer “lincar” o pensamento da tradição com uma realidade mais palpável e compreensível acredito ser uma virtude no modo de ensinar filosofia. Deste modo, lhe faço uma primeira pergunta: **o que significa, para você, ensinar filosofia?**

A segunda questão diz respeito ao cenário atual emergente, onde o mundo digital se tornou o principal mecanismo de realização educacional, e tanto nós alunos como vocês professores, tivemos e ainda temos uma grande dificuldade em nos envolver com este novo modo. Assim sendo, **o que se ganha e o que se perde ensinar filosofia mediante a tecnologias digitais?**

Finalizo agradecendo pela atenção e disposição em colaborar com esta entrevista, professor.

Grande abraço!

Goiânia, 26 de novembro de 2020

Rosimar Souza de Faria

*

RESPOSTA:

Prezado Rosimar, bom dia.

Fico feliz em receber uma mensagem sua.

Responderei às suas questões abaixo, mas gostaria de problematizar o que você menciona nos prolegômenos.

Esta, aliás, seria uma maior indicação: a filosofia ensina a des-confiar. O emprego de advérbios, adjetivos e substantivos (como “sempre”, “todo”, “nada”, “nunca”; “real”, “certeza”, “necessidade”) não goza, em filosofia, do privilégio a eles outorgado na linguagem ordinária. A filosofia coloca em suspensão a própria gramática. Assim, embora

eu partilhe com você de alguns pressupostos, como da “necessidade da filosofia na formação dos jovens”, tenho receio de certos jargões e posições que parecem compor uma espécie de discurso politicamente correto sobre a filosofia. Em seu texto, aos meus olhos, algo parece ensinar uma contradição. Você inicialmente diagnostica a “instabilidade” da filosofia na educação básica, argumenta em prol de sua necessidade nos currículos, mas, em seguida, queixa-se da “institucionalização” que ela padece nas escolas.

Afinal de contas, queremos ou não que a filosofia seja institucionalizada? Obrigatória? Que o Estado chancela, promova e financie o seu ensino? Se sim, não parece razoável, ou ao menos previsível, que ele venha a deliberar sobre ela? Queremos que a filosofia seja obrigatória nos currículos, mas não queremos intervenção em sua concepção/prática? Imagine essa situação com um profissional de medicina; estaríamos dizendo que a função é de primeira necessidade, que deve ser incorporada e financiada pelo Estado, mas que devemos deixar o médico livre para exercer os seus métodos/concepções? Não é exatamente isso o que estamos solicitando quando criticamos a “institucionalização” da filosofia e advogamos em prol da “liberdade de cátedra”?

Coloco estas questões para fazer ver uma situação que me parece estar no fundo de sua pergunta. Desde que eu estou no ramo, há vinte anos, ouço o mesmo discurso. Como estudante e professor, eu mesmo o repeti várias vezes. Mas, não seria um truísmo achar que o Estado vai incorporar e financiar a filosofia sem institucionalizá-la, afinal de contas, o que é o Estado? Ao que parece, Rosimar, como já denunciaram diversos filósofos (Schopenhauer é um exemplo), há uma tensão, uma contradição, uma incompatibilidade, metodológica eu diria, entre filosofia e Estado, que torna as outras questões secundárias (Sócrates que o diga). A do papel da escola, por exemplo. Se assumirmos a posição de Althusser inspirada em Marx, de que a escola é um dos mais eficazes aparelhos ideológicos do Estado, concluiremos que ela não foi pensada institucionalmente para libertar o pensamento, assim, talvez a filosofia é que não tenha entendido a função da escola – e não ela a da filosofia. Uma vez mais, o que entendemos por filosofia, sua função política e social, está em jogo. Isso para fazer referência apenas à filosofia na escola, sem mencionar a existência recente de diversos filósofos que atuam como intelectuais públicos, quer deles a academia goste ou não (como Cortella, Tiburi, Mosé, Pondé...). Diante dos meus próprios prolegômenos, respondo as suas questões.

O que significa, para você, ensinar filosofia?

Se tomo a filosofia como prática/exercício/experimento de desestruturação, desinstitucionalização – inclusive de um discurso politicamente correto sobre a própria filosofia –, ensinar filosofia implica ser capaz de contaminar com essa prática. Expedientes como o de “linkar” que você menciona possuem essa intenção: comprometer, envolver, contaminar, afetar o estudante com a prática do questionamento. Ser capaz de pensar filosoficamente, de avaliar uma questão com visada filosófica, isto para mim é o sinal do ensino de filosofia e não a mera reprodução da visada dos filósofos, ainda que ela seja importante para balizar a própria visada.

O que se ganha e o que se perde ensinar filosofia mediante a tecnologias digitais?

Entendo tecnologia, numa acepção antiga grega, como modo de performance, como meio de levar algo a atualizar-se. Não tenho resistência à tecnologia digital e entendo que ela tem auxiliado sobremaneira em diversos pontos da prática de afetação que mencionei acima. Com a dinâmica das sociedades contemporâneas, suas relações de trabalho e produtividade, parece-me bastante razoável realizar uma série de atividades à distância e mobilizar o arsenal tecnológico para o aprendizado. Tenho experiência de mais de uma década como professor de cursos exclusivamente à distância. Diferente de certo discurso em voga nas universidades públicas, responsáveis por apenas 15% das vagas de ensino superior no Brasil, cursos EAD têm oportunizado uma verdadeira revolução social, na medida em que oferecem acesso ao ensino superior a pessoas e regiões que mesmo a universidade pública não alcança. Isto não significa que não haja problemas e lacunas nesta formação, como também há na educação presencial. Em suma, se ganha em acessibilidade. Perde-se em interação, convivência. Uma modalidade híbrida como já realizamos atualmente (refiro-me a um cenário não pandêmico) em que realizamos reuniões, cerimônias e mesmo orientações via TICs parece-me compatível e profícua para os modos de vida atuais.

Abraços!

ANÁLISE DA ENTREVISTA

O ensino de filosofia e as práticas deste ensino

Rosimar Souza de Faria

Ensinar filosofia, segundo Alejandro Cerleti (2009) é também responder a questão *que é filosofia?* E para o autor essa resposta não é definitiva, assim como a filosofia não o é, e ela é respondida no próprio conteúdo, ou seja, na vertente do pensamento ou pensador que um professor trabalha em sala de aula. Se é uma vertente ética, política, epistemológica, a resposta está intrínseca na transmissão dessa vertente, assim como quando se ensina o pensamento de Nietzsche, Aristóteles etc.

Ao questionar, na entrevista, o professor Ricardo o que seria, para ele, ensinar filosofia, nessa questão também está incluído o que a filosofia significa para ele. Antes de uma resposta a esta pergunta, houve problematizações por parte dele sobre o uso de advérbios, substantivos, adjetivos, ao se tratar da questão do ensino da filosofia. O próprio Ricardo diz “a filosofia ensina a des-confiar”. Essa problematização dizia respeito à “necessidade do ensino de filosofia” que por mim foi colocada. Se a “filosofia coloca em suspensão a própria gramática” como ele diz, e o uso de “necessidade” como incluí no texto para ele enviado, não corresponde ou não contemple a própria filosofia, a palavra “ensino” também não tem significado. Uma vez que o exercício de pensar é também um exercício de compreensão através da linguagem, da lógica das coisas, um exercício de leitura, e se a própria filosofia em *stricto sensu* desconfia deste método, exercer filosofia, assim como ensiná-la seria, então, um exercício duvidoso, um equívoco quanto ao que se faz, um método sofístico, uma vez que o pensamento ocorre, necessariamente, em linguagem. Desse modo, eu questiono: ensinar filosofia, se o fazemos através da linguagem, seria uma contradição lógica?. Ensinar filosofia não seria, como nos diz Wittgenstein (2020, p. 129) “um modo de falar das coisas”? E nessas coisas não está inclusa a “necessidade” como um fator a se considerar em uma sociedade onde o pensar filosoficamente está em extinção? O próprio Wittgenstein (2020, p. 137) nos diz que “a figuração afigura a realidade ao representar uma possibilidade de existência ou inexistência do estado de coisas”. E um atributo da palavra “necessidade”, assim como “ensino” não corresponde a este modo, a esta figuração da realidade? Ao que me parece, a resposta do Ricardo, fala sobre uma possível ilógica em ensinar filosofia, como também pensar filosoficamente, tendo como utilização a gramática. Bem me parece que isso seja uma “contaminação”, palavra que ele mesmo utiliza, pela inclinação que ele teve na obra de Nietzsche, este que, por sua vez, é conhecido também por negar uma filosofia que se baseia na lógica.

Em seguida, ao criticar a institucionalização da filosofia que é levantada por Alejandro Cerletti (2009), uma vez que esta institucionalização limita o campo da investigação filosófica, o professor Ricardo levanta uma problematização se “Afinal de contas, queremos ou não que a filosofia seja institucionalizada? Obrigatória? Que o Estado chancela, promova e financie o seu ensino? Se sim, não parece razoável, ou ao menos previsível, que ele venha a deliberar sobre ela? [...] Assim, talvez a filosofia é que não tenha entendido a função da escola – e não ela a da filosofia”. O questionamento é bastante inquietante, pontual, eu diria, por despertar esse questionamento sobre o lugar da filosofia no ensino médio, como também sobre qualquer coisa que o estado delibera. Mas, acredito, que o Ricardo não considerou que a questão a ser feita não é se a filosofia entendeu a função da escola, mas se o Estado, uma vez que deve agir pelos interesses da população, e esses interesses são promovidos por uma necessidade, tenha entendido a sua função. Acredito que a crítica tem que ir para aquele que tem o controle e não para o que é controlado.

Após realizar essas problematizações, o professor Ricardo responde as questões que levantei na entrevista, a primeira sobre “o que significa, para ele, ensinar filosofia?” e sua resposta foi: “Se tomo a filosofia como prática/exercício/experimento de desestruturação, desinstitucionalização – inclusive de um discurso politicamente correto sobre a própria filosofia –, ensinar filosofia implica ser capaz de contaminar com essa prática. Expedientes como o de “linkar” que você menciona possuem essa intenção: comprometer, envolver, contaminar, afetar o estudante com a prática do questionamento. Ser capaz de pensar filosoficamente, de avaliar uma questão com visada filosófica, isto para mim é o sinal do ensino de filosofia e não a mera reprodução da visada dxs filósofxs, ainda que ela seja importante para balizar a própria visada”.

A segunda pergunta sobre “O que se ganha e o que se perde ensinar filosofia mediante as tecnologias digitais?”, a resposta me pareceu um pouco romântica acerca do uso de tecnologias, não considerando os reais problemas que o seu uso provoca. Em resposta ele disse: “Entendo tecnologia, numa acepção antiga grega, como modo de performance, como meio de levar algo a atualizar-se. Não tenho resistência à tecnologia digital e entendo que ela tem auxiliado sobremaneira em diversos pontos da prática de afetação que mencionei acima. Com a dinâmica das sociedades contemporâneas, suas relações de trabalho e produtividade, parece-me bastante razoável realizar uma série de atividades à distância e mobilizar o arsenal tecnológico para o aprendizado. Tenho

experiência de mais de uma década como professor de cursos exclusivamente à distância. Diferente de certo discurso em voga nas universidades públicas, responsáveis por apenas 15% das vagas de ensino superior no Brasil, cursos EAD têm oportunizado uma verdadeira revolução social, na medida em que oferecem acesso ao ensino superior a pessoas e regiões que mesmo a universidade pública não alcança. Isto não significa que não haja problemas e lacunas nesta formação, como também há na educação presencial. Em suma, se ganha em acessibilidade. Perde-se em interação, convivência. Uma modalidade híbrida como já realizamos atualmente (refiro-me a um cenário não pandêmico) em que realizamos reuniões, cerimônias e mesmo orientações via TICs parece-me compatível e profícua para os modos de vida atuais.”. Ou seja, a resposta apontou, sobretudo, as vantagens que existem no uso da tecnologia, sem levar em conta que este uso, quando pensamos no ensino de filosofia, não provoca algo que é essencial para pensar filosoficamente, a saber, o diálogo, a discussão, que uma sala de aula pode impulsionar, como também o professor considera que o ensino deve-se adequar a relações de trabalho e produtividade, como uma atividade secundária, e o uso de tecnologias para o ensino é uma maneira de garantir essa atividade. Assim sendo, o aprender, o ensinar, não é mais uma realização fundamental, mas de segundo plano, tendo lugar onde o trabalho e a produtividade descansam.

Deste modo, parece-me relevante concluir que há, nesse modo tecnológico de ensino, como também na institucionalização do ensino (uma vez que esta institucionalização é banalizada quanto a sua verdadeira função, a saber, cumprir com os interesses da sociedade), uma violência para com o *saber* (aprender e ensinar). E quando pensamos violência através do texto de Hannah Arendt *Sobre a violência* (2016), concluímos que ela é o contrário de *poder*. Assim sendo, a aplicação do ensino está sobre o domínio da violência, ou seja, do mando-obediência exercido pela institucionalização, e não do poder, como Arendt (2016, p. 60) nos diz: “O *poder* corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo”. Esse agir que a autora indica, diz respeito a uma ação que corresponda às necessidades e vontade do povo, por isso agir em concerto é agir em conformidade com essas necessidades. E se a filosofia está na mão de uma institucionalização, ou o ensino sob o domínio das tecnologias, são elas que deliberam sobre sua maneira de existir, e isso não corresponde ao poder, mas sim à violência.

Referências

ARENDT, Hannah, *sobre a violência*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

CERLETTI, Alejandro, *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Trad. Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte, Autêntica, 20019.

WITTGENSTEIN, Ludwig, *Tractatus lógico-philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos, São Paulo, Edusp, 2020.